

Recasamento: Novas Oportunidades para o Espaço Conjugal?¹

Leticia Hoffmann Kunrath²

Resumo

Na contemporaneidade encontramos uma diversidade de configurações familiares, entre elas um número significativo de famílias recasadas. Visto a relevância desta temática, o presente trabalho objetiva refletir sobre o espaço da conjugalidade em famílias recasadas. Para isso, foi utilizado o método de estudo de caso proposto por Gil (1996) utilizando-se o relato de atendimento de uma família na qual ambos os cônjuges vinham de casamentos anteriores. Visa-se, igualmente, uma reflexão a respeito desse casal frente às demandas identificadas, levando-se em conta a complexidade desses fenômenos.

Palavras-chaves: *famílias recasadas, conjugalidade, espaço conjugal.*

Remarriage: New Opportunities for the Conjugal Space?

Abstract

In contemporaneity, we find a diversity of family configurations and remarried families represent a expressive number of them. Considering the importance of this subject, the goal of this study is to reflect about the conjugal space in remarried families. To achieve this, the case study method proposed by Gil (1996) was used in a treatment family report in wich both spouses had been married before. We also aim at a reflection about this couple in relation to the demands they have to face, considering the complexity of these phenomena.

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Formação de Terapia de Família no DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família.

² Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica pelo CFC, mestranda em Psicologia Social e da Personalidade PUC-RS, psicoterapeuta de Casal e Família.

Helena Centeno Hintz – Psicóloga, Orientadora do trabalho de conclusão do Curso de Formação de Terapia de Família do DOMUS. Especialista em Psicologia Clínica pelo CFC, Psicoterapeuta Individual, de Casal e Família, Docente, Supervisora, Coordenadora do DOMUS. Editora da Revista Pensando Famílias.

Keywords: *remarried families, conjugality, conjugal space.*

Introdução

Na atualidade, observa-se um número crescente de separações, sendo que, em muitos casos, as pessoas voltam a se casar. Assim, encontramos um número significativo de famílias recasadas nas quais, após a separação do primeiro casamento, um dos pais ou ambos voltam a constituir outras famílias.

Tendo em vista a complexidade deste fenômeno, já que a formação desse novo casal não se dá dentro do que se espera no Ciclo Vital, o presente estudo tem por objetivo identificar o espaço da conjugabilidade em famílias recasadas. Para tanto, será apresentado um caso que foi atendido no DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família, por durante aproximadamente um ano e meio, cujos temas abordados iam ao encontro da complexidade citada na literatura das demandas da família recasada.

Relações conjugais

Relações conjugais são aquelas que homens e mulheres mantêm juntos por terem estabelecido laços de natureza sexual e afetiva que os levam ao desejo de compartilhar sua vida, independentemente de filhos ou de sua institucionalização pelos ritos do casamento civil ou religioso (Osório, 2002).

Já há algum tempo, desde o século XIX homens e mulheres fazem malabarismo pra lidar com inúmeras funções nos seus lares. Embora ambos trabalhem, as mulheres ainda têm mais responsabilidades. Por isso, a negociação e a concepção do que cada um deve fazer provoca um constante desafio a ser desenvolvido (Bernstein, 2002).

Osório (2002) descreve que, na família contemporânea, tenha o casal filhos ou não, papéis do homem e da mulher na vida conjugal confundem-se cada vez mais. Atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de provedor, não só representa um modelo arcaico que remonta à origem da civilização como soa hoje em dia como um estereótipo. Além disso, embora a tradição vigente na cultura cristã considere a família ideal aquela formada por um casal estruturado pelo laço do casamento monogâmico com crianças, filhos de sangue ou por adoção, e que vivem na mesma casa, esse tipo de tradição torna-se cada vez mais difícil de ser mantida atualmente, o que explica em parte as grandes transformações na vida conjugal e familiar (Bucher, 1999).

Assim, o papel conjugal pressupõe a interdependência dos membros

do casal e sua essência baseia-se no postulado de que a sobrevivência dos indivíduos que o constituem seja facilitada pelo compartilhamento das tarefas, envolvendo premissas como compreensão, cooperação e competição. O papel conjugal vai além das funções de reprodução, que pertencem à esfera conjugal (Osório, 2002).

Recasamento

No passado, já existiam famílias reconstituídas formadas por padrastos, madrastas, meio-irmãos, ou por uma criança criada por um casal diferente daquele que a gerou. O que representa uma mudança real surge efetivamente na medida que o próprio fenômeno ocorre e, principalmente, o fato de que os pais biológicos estão vivos e levam uma vida separada, sozinha ou inserida em outra família, dedicando parte do seu tempo a crianças e jovens da idade dos seus filhos, nascidos de outras uniões (Andolfi, 2002).

Essa complexidade é bem explicada por Carter e McGoldrick (2001), quando afirmam que um segundo casamento envolve o entrelaçamento de duas, três, quatro ou mais famílias. É através deste processo, que o sistema familiar recasado estabiliza-se e recupera sua confiança desenvolvimental, passando a ser visto como um acréscimo e como uma nova fase no ciclo vital.

Bernstein (2002) afirma que o recasamento, mais do que o primeiro casamento, implica a desconstrução da instituição do casamento em si. Quando o primeiro casamento não resiste, isso mostra às pessoas que estão envolvidas que os conceitos típicos de nossa cultura sobre união conjugal ideal podem não ser adequados às diferentes condições de nossa vida atual.

Relacionamos essa questão ao que Carter e McGoldrick (2001) afirmam sobre a premissa básica da teoria sistêmica da família. Para as autoras, todos nós carregamos para os nossos relacionamentos a bagagem emocional de questões não resolvidas de relacionamentos passados que foram importantes. No primeiro casamento, a bagagem que trazemos é de nossa família de origem, nossos sentimentos não resolvidos em relação aos pais e irmãos. No recasamento, há pelo menos três conjuntos de bagagem emocional: a família de origem, do primeiro casamento e do processo de separação, divórcio e do período entre casamentos (Carter e McGoldrick, 2001).

Assim, quem já foi casado traz experiências anteriores daquilo que implica morar com outra pessoa, dividir o espaço e enfrentar as diferentes necessidades, desejos e preferências no modo de viver. Ao buscarem relacionamentos mais satisfatórios, as pessoas que já foram casadas revêem as

histórias de amor e invariavelmente, irão comparar os novos parceiros com os anteriores.

Na sociedade contemporânea, identificamos que o recasar tornou-se algo normal. Com o aumento de divórcios, conseqüentemente os recasamentos são mais freqüentes.

Contudo, entendendo a complexidade do tema, Carter e McGoldrick, salientam que até os termos utilizados para descrever esse tipo de família sugerem os problemas envolvidos, tais como “famílias com padrasto/madrasta”, “famílias reconstituídas”, “famílias misturadas” e “famílias reestruturadas”. Em nossa experiência, “misturadas” sugere um grau de integração maior do que geralmente é possível, enquanto que “família com padrasto/madrasta” sugere que ela não é bem verdadeira, possuindo de certa forma uma conotação negativa. Famílias “reconstituídas e reestruturadas” soa como se tudo fosse uma questão de reorganizar as partes da família. Assim, as autoras optaram pelo termo “recasada” para enfatizar o vínculo conjugal que forma a base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova constelação.

Uma família que se desfaz e uma família que se organiza sofrem transformações, apresentando novas relações, várias dificuldades e desafios que nem os indivíduos, nem a sociedade estão preparados para enfrentar. Como exemplo, a questão da linguagem ou de como nomear as novas relações ilustra bem essa limitação (Bucher, 1999).

Outra questão levantada pelas autoras Carter e McGoldrick (2001) é sobre a complexidade das famílias recasadas que, de acordo com o seu entendimento, provavelmente não apresentariam tantos problemas para os seus membros se a nova sociedade oferecesse uma orientação para os novos papéis e relacionamentos.

Frente às mudanças decorrentes das famílias recasadas, passar do “nós” da primeira família para o “nós” da segunda é possível, mas não acontece de imediato, exige tempo. Às vezes, a passagem pode não acontecer. Ao aderir a uma nova identidade familiar, um filho ou uma filha podem sentir que estão traíndo um dos pais biológicos, que estão cometendo uma afronta a eles (Andolfi, 2002).

Somente após algum tempo dessa nova união, a família formada em torno do recasamento alcança o estágio de desenvolvimento familiar no qual as relações entre os membros desse novo grupo são autênticas e mais próximas. A lealdade dos filhos para com seus pais, leva-os a proteger ferozmente o lugar do pai ou da mãe (Bernstein, 2002). Por isso, padrasto, madrasta, enteados necessitam inevitavelmente desse ajuste para se sentirem integrantes da mesma família. No contexto atual, Falcke (2002) pontua que

é geralmente através do recasamento que entra em cena a madrasta. Sua inserção na família traz a necessidade de uma redefinição do funcionamento familiar. Este é um momento de se estabelecer novas regras e papéis, o que exige uma readaptação da família à sua nova realidade. A autora complementa essa idéia salientando que para a madrasta, talvez este seja um período de grande ansiedade, porque normalmente ela não tem um modelo de identificação com o papel que irá assumir.

Encontramos na literatura muitos autores que mencionam principalmente o papel da madrasta, mas não podemos desconsiderar o papel dos padrastos. Waldemar (1996) afirma que os padrastos também têm uma incerteza muito grande a respeito do papel que devem ocupar. Eles não sabem se agem como pais, como amigos ou se seguem outras concepções.

Assim, num sistema recasado funcional, a responsabilidade de cuidar dos filhos dele e dos dela deve estar dividida de maneira que não exclua ou combata a influência dos pais biológicos. Isso quer dizer que cada um dos cônjuges, em junção com seu ex-cônjuge, deve assumir a responsabilidade primária de educar ou disciplinar seus próprios filhos. Dessa maneira o relacionamento que será estabelecido entre os filhos e o padrasto/madrasta será então definido e elaborado devido a fatores como a idade e residência principal dos filhos, as circunstâncias do divórcio e os desejos de todos os envolvidos (Carter & McGoldrick, 2001).

As autoras salientam ainda, o papel esperado das madrastas pela maioria das pessoas, que, por ser mulher, cuidará não somente do lar, mas também dos filhos e dos relacionamentos emocionais de todo o sistema. Dentro desse contexto, é esperado que ela tome conta das crianças sem entrar em atrito com as suas mães e se isso chegar a acontecer, a culpa é da madrasta que não soube lidar com essa situação. Identifica-se que choques entre as madrastas e as enteadas são muito comuns na medida em que as filhas se sentem responsáveis em proteger a mãe biológica e entram em conflito em relação aos papéis. Relacionamos isso aos achados de Bray (1986, In McGoldrick & Carter, 2001) em uma pesquisa que revelou que as meninas nas famílias com padrasto/madrasta apresentam um estresse mais negativo do que os meninos nas famílias com padrasto/madrasta ou as meninas em famílias nucleares.

Uma pesquisa realizada com adolescentes em Porto Alegre investigou a existência de correlação entre bem-estar psicológico de adolescentes de famílias originais e famílias reconstituídas (Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999). A partir dos resultados, foram constatadas que não existem diferenças significativas entre o nível de bem-estar entre esses dois grupos de adolescentes. O mesmo estudo verificou que a variável “morar

com o padrasto” ou “morar com a madrasta”, considerando os jovens de família reconstituída, não se associa ao bem-estar psicológico dos adolescentes. Este estudo mostrou ainda que nesses novos arranjos familiares, o processo de reestruturação da família reconstituída não é necessariamente desencadeador de conflitos. Em muitas ocasiões, um padrasto, por exemplo, pode substituir, de forma satisfatória, a figura de um pai ausente.

Assim, nessas famílias, apresenta-se uma série de questões centrais que devem ser negociadas pelas famílias recasadas, tais como: associação – “quem são os verdadeiros membros da família? Espaço – “qual é o meu espaço?” “A que lugar eu pertencço?” Autoridade – “quem realmente está no comando do dinheiro, das decisões?”, e de tempo, “a quem dedico meu tempo, quando e quanto recebo deles?” (Carter & McGoldrick, 2001).

Em outro estudo realizado por Estele Duberman (1975, In McGoldrick & Carter, 2001) com casais recasados para determinar seu nível de “integração familiar”, descobriu-se que quanto maior o período de tempo em que a família estava junta, como uma unidade, mais alto era o nível de integração familiar. Além disso, o relacionamento entre pais e filhos era melhor, quando o casal recasado tinha seus próprios filhos.

Visher e Visher (1996, In McGoldrick & Carter, 2001) delinearam as características diferenciadoras das famílias reconstituídas e os seus desafios no desenvolvimento, dentre eles: lidar com perdas e mudanças, estabelecer novas tradições, criar colaboração entre os pais, desenvolver uma sólida relação marital e formar novos relacionamentos.

Espaço da conjugalidade

Nas famílias reestruturadas o relacionamento do casal é mais recente e menos desenvolvido que a relação entre o pai ou a mãe biológica e os filhos, o que dificulta o fortalecimento da intimidade do casal (Carter & McGoldrick, 2001). Nessa configuração o novo casal conhece a si mesmo, enquanto que, ao mesmo tempo, se dedica aos cuidados dos filhos e aos milhares de desafios que enfrenta, tais como levar adiante o lar e ajudar as crianças a se adaptarem a nova forma de vida. Isso tudo torna difícil para o casal o ato de encontrar tempo e energia necessários para nutrir o relacionamento (Bernstein, 2002). Outro aspecto importante a ser considerado é que, como afirmam Carter e McGoldrick (2001), os filhos jamais desistem de seu apego ao primeiro genitor, por mais negativo que ele tenha sido ou ainda seja.

Como menciona Waldemar (1996), a literatura existente sobre recasamento, inicialmente, assinalava que, a longo prazo, a relação mais

importante teria que ser a do casal, enquanto que hoje, enfatiza-se que isso deve ocorrer num prazo mais curto, caso contrário o recasamento pode tornar-se inviável. Mesmo pressionado pelos filhos e por outras demandas, é fundamental que o novo casal procure criar tempo e espaço para si, apoiando-se em atividades sociais e de lazer. Caso contrário, o autor alerta que o recasamento pode dividir-se em dois campos rivais, nos quais as prioridades dos filhos tornam-se mais importantes. Isso é difícil de ocorrer, pois os pais, em algum nível, sempre continuam culpados pelo término da relação anterior.

Metodologia

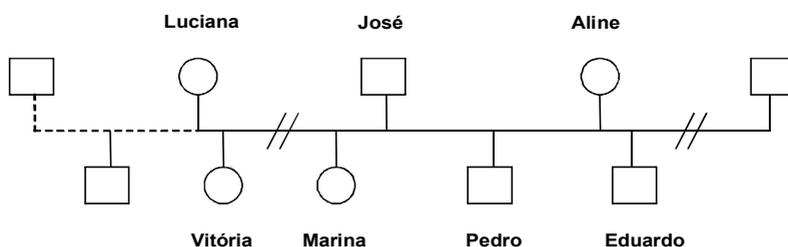
A metodologia utilizada será o estudo de caso, como é definido por Gil (1996). Caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permitam o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa particularmente impossível mediante outros delineamentos.

Apresentação da família

1. Quem iniciou o atendimento:

Marina, oito anos, José, seu pai, e a avó paterna. Depois, Aline, segunda esposa do pai, Marina e o pai. Em um terceiro momento, Aline, Marina e Eduardo, oito anos, filho de Aline. Depois, só Aline e atualmente Aline e José.

A família encontra-se em atendimento desde maio de 2003. Os atendimentos são quinzenais, com a duração de uma hora. A família é atendida na sala com espelho unidirecional, com uma equipe na sala de observação.



2. Motivo da consulta:

A família de Marina veio encaminhada para atendimento depois da sugestão da avó paterna. Esta, que havia feito terapia, preocupava-se com as dificuldades de Marina em relação à mãe. Após a avó ter levado a neta à instituição onde era atendida, foi feito um psicodiagnóstico, no qual se cons-

tataram demandas familiares. A principal queixa era que Marina, morando há aproximadamente um ano com o pai e Aline, não queria mais ver sua mãe, Luciana.

3. Resumo da história:

José e Luciana se separaram em 2001 e Marina, então com seis anos e sua irmã mais nova, Vitória, com três anos, ficaram com a mãe. O pai, José, casou-se novamente, em 2002, com Aline, que já tinha um filho de sete anos, Eduardo. O casal teve um filho, Pedro, que estava com dois anos na época do início do atendimento

Logo após a separação, Marina ficou morando com sua mãe, período este descrito por ela e pelo pai como muito difícil, pois a menina lembra que sua mãe saía todas as noites e deixava-a cuidando de sua irmã Vitória. Embora quisesse manter-se acordada até o retorno da mãe, Marina acabava adormecendo, já que a mãe voltava muito tarde, ficando muito assustada de ficar sozinha com a irmã. A mãe iniciou um outro relacionamento e não quis mais ficar com Marina. Entregou-a ao pai, que já estava casado com Aline. A mãe ficou com Vitória. Ocorreram várias situações de negligência por parte da mãe no cuidado com Marina, quando esta ia visitá-la. Devido a isto, Marina não quis mais ver a mãe, estando já há alguns meses sem vê-la. Contudo, ficava preocupada com a irmã menor, com quem não pode mais ter contato.

A mãe casou-se novamente e teve mais um filho. Nesta época, começou a dizer que Vitória não era filha de José, mas sim de seu novo companheiro, a ponto da própria menina não reconhecer José como pai.

José afirmou que tinha vontade de ficar com Vitória também, pois se preocupava com ela. Entretanto, referiu não ter condições financeiras e que a esposa não conseguiria cuidar de mais uma criança. Assim, não viu mais Vitória e dizia que gostaria de esperar até a menina crescer para retomar o contato com ela. José acredita que a filha seja sua e não pensa em pedir nenhum teste que comprove isso.

Aline e Marina têm um relacionamento próximo, porém bastante conflituoso, pois, segundo Aline, a menina sempre a desafia, responde quando lhe chama a atenção, não fica quieta, não reconhecendo quando está errada. Durante o processo terapêutico, ambas relatam que aos poucos estão conseguindo superar essas dificuldades.

Em mais de uma situação, Aline relatou seu temor que Marina reencontrasse a mãe e desejasse morar com ela novamente, pois sentia medo de perder a enteada. Em 2002, quando Luciana a entregou ao pai, dizendo que não agüentava mais ficar com a menina e que ele deveria assumir os seus cuidados, Aline aceitou a situação sem problemas. Entretanto, passa-

dos alguns meses, a mãe pediu para que Marina voltasse e ela aceitou, o que deixou Aline muito triste. Quando relata essa situação, diz que não agüentaria passar por isso novamente.

Contou uma situação em que viu uma pessoa parecida com a mãe de Marina e que por isso começou a tremer, pois a menina estava com ela, e teve medo de que ela quisesse ir com a mãe.

Nas últimas sessões, quando estava sendo considerada a possibilidade de reaproximação entre Marina, a irmã e a mãe, Aline mostrou-se contrária ao dizer que seria melhor que Marina ficasse mais velha para então procurar a irmã por iniciativa própria, pois, se isso fosse feito naquele momento, a irmã menor não a reconheceria.

Além disso, falava do seu medo de que a mãe se reaproximasse, promettesse coisas e não as cumprisse, dizendo que Marina estava quase entrando na adolescência, fase em que os limites estavam sendo testados e que esse seria um péssimo momento para ela ter contato com a mãe.

Ao longo da terapia, foram surgindo outras demandas além das mencionadas. Identificou-se a ausência do pai de Eduardo, figura de participação muito limitada na vida do menino. Estes se viam muito pouco e muitas promessas não eram cumpridas. Além disso, percebeu-se que antes de iniciar seu relacionamento com José, Aline era próxima de Eduardo, dedicando-se integralmente a ele, o que mudou após o início da relação com o novo parceiro.

Discussão

Encontramos na literatura referência de autores (Carter & McGoldrick, 2001; Andolfi, 2002, Bernstein, 2002) às inúmeras demandas encontradas pelo casal que se formam em famílias recasadas.

Tal questão é bastante verificável no casal descrito nesse estudo já que relataram o início do relacionamento como o período em que estavam se conhecendo, mas no qual, ao mesmo tempo, tinham que dar conta das demandas dos filhos, cuidados necessários para harmonizar toda essa nova situação. Assim, percebemos a dificuldade desse casal em encontrar um espaço para a conjugalidade, considerando as tarefas existentes relacionadas principalmente às funções parentais. Como menciona Bernstein (2002), fica difícil para o casal conseguir encontrar tempo e energia necessários para nutrir o relacionamento.

Além disso, logo depois da união, o casal teve Pedro, na época do atendimento com dois anos. Portanto, esse casal, que iniciou a relação com dois filhos, rapidamente passou para três, todos filhos pequenos que demandam muita atenção dos pais.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias recasadas descrito na literatura é o de lidar com os filhos de outros casamentos. Percebemos isto no caso apresentado, pois ambos os cônjuges tinham filho(s) das relações anteriores. Uma das principais demandas que apareciam na terapia era o relacionamento entre Marina e a madrasta, no qual a menina freqüentemente a desafia. Isso nos remete ao que fala a literatura quanto à fidelidade aos pais biológicos (no caso de Marina para com a mãe), que, independente das experiências terem sido positivas ou negativas com esses pais, esse sentimento de lealdade está presente.

É o que mencionam Carter e McGoldrick (2001) sobre o fato de os filhos jamais desistirem do apego ao primeiro progenitor, por mais negativo que esse relacionamento tenha sido. Relacionamos isso ao caso de Marina, pois no início da terapia o objetivo era de que ela pudesse retomar o contato com a mãe e a irmã. Entretanto, no decorrer do tratamento, percebeu-se tanto por parte de Aline quanto de José, uma mudança nesse aspecto. O casal estava questionando a importância nesse momento de Marina se reaproximar da mãe, tendo em vista que não a via há muito tempo e que acreditavam que ela deveria ficar mais velha para então tomar a iniciativa sozinha para que essa situação acontecesse.

Outro aspecto significativo evidenciado é o que traz a literatura a respeito do papel do padrasto e da madrasta na vida das crianças, como afirmam Carter e McGoldrick (2001). É esperado, principalmente das madrastas, o cuidado para com os enteados como se fossem seus filhos. Além disso, é necessário que ela tenha um bom relacionamento com a mãe das crianças, e se isso não acontece a culpa é sua por não estabelecer uma boa relação.

É isso que percebemos no caso de Aline em relação à Marina, pois ela exercita a função de mãe cuidadora, mas ao mesmo tempo tinha medo de perder esta “filha” para a mãe biológica, medo de ser “abandonada”, como ocorreu logo no início quando Marina veio morar com ela e José.

Percebemos bem esse conflito, já descrito na literatura, pois, ao mesmo tempo em que Marina dizia não querer voltar a morar com a mãe, estava constantemente em conflito, desobedecendo, respondendo e desafiando Aline, enfim, tinha um comportamento muitas vezes agressivo com a madrasta, mostrando bem esse sentimento de lealdade para com a mãe.

Observamos também a relação de Eduardo com José, a qual durante o início da terapia não era muito referida, uma vez que as principais dificuldades apontadas eram em relação à Marina. Mas, com o decorrer do tempo, pudemos perceber o quanto o pai de Eduardo era ausente em sua vida, prometia muitas coisas que não cumpria e não o procurava. Enfim, o modelo mais próximo que ele tinha era o padrasto.

Assim, durante a terapia, foram solicitadas tarefas para que Eduardo e José pudessem fazer juntos sem outras pessoas, ao que José sempre se mostrou disponível, realizando as atividades propostas. Em nenhum momento José nos pareceu omisso; contudo ficou evidente o quanto Aline tomava a frente das coisas, principalmente em relação à casa e ao cuidado com as crianças, incluindo as questões relacionadas à Marina.

Nessa família encontramos um modelo bem tradicional de madrastas e que, como refere a literatura, muitas vezes é esperado delas. José trabalhava fora e provia o sustento, não se envolvendo tanto nas atividades de casa e nos cuidados com os filhos, que ficavam mais a cargo de Aline, pessoa que tomava as decisões sobre as questões escolares e outras diversas atividades.

Considerações finais

Percebemos que muitas eram as demandas enfrentadas pelo “novo” casal, como os filhos das relações anteriores e, nesse caso descrito, também o filho dos dois, além de todas as tarefas que fazem parte da vida a dois, do convívio. Percebe-se nesse caso a dificuldade em manter o espaço para o casal, em termos de programas, saídas sem os filhos. Assim, identifica-se o quanto o espaço da conjugalidade ficou prejudicado.

Entendemos que nessas famílias o esforço para que ocorra a preservação desse sistema conjugal e para que se mantenham fronteiras nítidas com os demais sistemas, principalmente o filial, provavelmente demande mais energia e dedicação do que ocorre nas famílias intactas.

Uma questão que nos chamou a atenção foi que todas as demandas relacionadas aos filhos que foram trazidas eram sobre os filhos dos relacionamentos anteriores, os “meus” e os “teus”, em nenhum momento o “nosso” foi mencionado nesse sentido, sobre o qual pouco era falado. Temos que considerar também o fato de que Pedro tinha na época somente dois anos. Porém, isso nos fez questionar o quanto essas demandas não estão relacionadas ao filho dos dois, com o “nosso” pode existir uma maior tolerância do que com os filhos do companheiro com outro relacionamento.

Identificamos isto como um dos aspectos que pode ser melhor explorado no trabalho, o que demandaria um outro estudo para que pudéssemos comprovar esta hipótese levantada. É importante salientarmos a relevância desta questão, tendo em vista que não foi encontrada nenhuma referência a isto na literatura.

Referências

- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal. Uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Bernstein, A. C. (2002). Recasamento: redesenhando o casamento. In P. Papp (Orgs.), *Casais em perigo. Novas diretrizes para terapeutas* (pp. 295-322). Porto Alegre: Artmed.
- Bucher, J. S. N. (1999). O casal e a família sob novas formas de interação. In Féres-Carneiro (Org.), *Casal e Família. Entre a tradição e a transformação* (pp. 82-95). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Falcke, D. (2002). Mães e madrastas. Quem são essas personagens? In A. Wagner (Org.), *Famílias em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 77-91). Porto Alegre: Editora Vozes.
- Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- McGoldrick, M. & Carter, B. (2001). Constituindo uma família recasada. In B. Carter & M. McGoldrick & cols., *As mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 344-369). Porto Alegre: Artmed.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A., Ribeiro, L., Arteche, A., & Bornholdt, E. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Reflexão e Crítica*, 12, 147-146.
- Waldemar, J. O. (1996). Divórcios e recasamentos: Enfrentando o desconhecido. In L. C. Prado (Org.), *Famílias e terapeutas construindo caminhos* (pp. 174-188). Porto Alegre: Artes Médicas.

Endereço para correspondência

letkunrath@hotmail.com

Recebido em 15/04/2006

Aceito em 02/05/06